

História da devastação e preservação dos elementos naturais de mata-atlântica da Baixada Fluminense.

SIMONE FADEL¹

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados parciais do projeto de pesquisa² sobre os processos econômicos, sociais e políticos que possibilitaram, ao longo da dinâmica de ocupação do território conhecido como Baixada Fluminense. Estes processos, além de promoveram práticas devastadoras de seu ambiente natural desde o momento da colonização até os dias atuais, indiretamente também possibilitaram a permanência de áreas verdes. O clássico trabalho de Dean (1996) sobre a devastação da Mata-Atlântica no território nacional apresenta uma série deles: retirada de madeira, queimadas constantes como técnica para limpeza para posterior plantio, formação de engenhos e utilização de madeira, principalmente de manguezais, para formação de lenha para alimentarem os fornos, entre outros. Embora a região da Baixada Fluminense tenha em grande medida vivenciado os processos apresentados por Dean, assim como a totalidade do território do estado do Rio de Janeiro, partimos da premissa de que um olhar específico para a região possa revelar outros pontos que normalmente ficam obscurecidos em pesquisas mais amplas. E, em certa medida, possibilitar a compreensão de processos próprios que permitiram a permanência para além da destruição.

O estudo da dinâmica ambiental do Estado o Rio de Janeiro revela um desastroso precedente, pois a maneira brasileira de ocupar novos territórios inviabilizou a existência de muitas espécies com a degradação de vários ecossistemas. De acordo com Drummond (1997, p139), “o desmatamento é um assunto *doméstico* para cariocas e fluminenses” e que nunca se viu tanta intensidade destrutiva em toda a história brasileira: “nenhuma outra unidade da federação sofreu tanto ou continua a sofrer mais as consequências do desmatamento de florestas do que o Rio de Janeiro” (idem, p.139).

¹ Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dra História Social.

² Pesquisa vinculada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Espaço da Baixada Fluminense (NIESBF), grupo de pesquisa cadastrado no CNPq, formado por docentes e discentes que têm como fim o estudo do espaço da Baixada Fluminense, onde se situa a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF, uma unidade acadêmica da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Apesar de “doméstico” o desmatamento, bem como os processos de permanência dos atuais remanescentes de mata-atlântica fluminense, em especial, na Baixada Fluminense são parcamente compreendidos, como afirmamos no início desta exposição. Analisar as recorrências e singularidades dos processos que Drummond cunhou de doméstico, isto é, o impacto sofrido no bioma Mata-atlântica e pelo manguezal no território que compõe a baixada Fluminense se constituiu no principal objetivo a ser perseguido na execução desta pesquisa.

Devido a tal devastação e destruição dos bens naturais, a solução encontrada a nível mundial foi resguardar partes desta biodiversidade em áreas protegidas pelo governo ou por agentes privados. Como veremos, esta estratégia foi utilizada em vários municípios que compõem a Baixada Fluminense. É possível que muitas dessas áreas preservadas estejam protegidas apenas por atos legais que não contemplem efetivamente a caracterização prevista no Sistema de Unidades de Conservação (SNUC). No entanto, destaca-se em estudo recente, empreendido pelo INPE/SOS, com o objetivo de mapear os remanescentes de mata-atlântica no Brasil, os índices surpreendentes de remanescentes preservados em diversos municípios que compõem, a Baixada Fluminense. Na tabela³ que se segue apresentamos um recorte desse estudo, destacando os dados encontrados para os municípios que compõem a região em foco.

Município	Área do Município	Área Original da Mata Atlântica	Mata Remanescente	Percentual da Vegetação Atual/Original	Mangue Remanescente*
Belford Roxo	8.011	8.011	67	1%	0
Duque de Caxias	46.487	46.487	13.604	32%	1.117
Itaguaí	27.238	27.238	8.240	32%	358
Nilópolis	1.855	1.855	1	0%	0
Nova Iguaçu	51.840	51.840	20.102	39%	0
Paracambi	17.996	17.996	4.467	25%	0
Queimados	7.729	7.729	159	2%	0
São João de Meriti	3.502	3.502	0	0%	0
Serópedica	28.440	28.440	1.469	5%	
Guapimirim	36.168	36.168	9.548	34%	2.712
Magé	38.610	38.610	12.617	35%	844
Japeri	8.314	8.314	393	5%	0
Mesquita	3.912	3.912	1.723	44 %	0

³ Tabela adaptada do INPE, SOS Mata Atlântica Remanescentes Florestais. Estatística dos Remanescentes Florestais da Baixada Fluminense. (A Tabela não especifica a unidade de medida utilizada.)

A partir do levantamento acima, podemos depreender que alguns municípios da Baixada Fluminense – apesar de terem, como os demais municípios da região metropolitana, atravessado pelas grandes obras de saneamento, pavimentação e até de desmatamento para abastecimento madeireiro da cidade do Rio de Janeiro – conseguiram permitir a permanência de boa parte de seus remanescentes florestais.

Em alguns municípios, como Mesquita, esses índices de permanência ficam em torno de 44%, índice que remonta países desenvolvidos. De acordo com Primack e Rodrigues (2001), países como Alemanha e Reino Unido apresentam as maiores taxas de áreas de proteção ambiental, com respectivamente, 24,6% e 18,9%. Podemos destacar ainda os municípios de Nova Iguaçu, com 39% de remanescentes florestais, Magé com 35%, Guapimirim 34%, Duque de Caxias e Itaguaí com 32% e Paracambi 25%. Para os remanescentes de vegetação de mangue destacamos Guapimirim com 2.712, Duque de Caxias com 1.117 e Magé com 844 de cobertura vegetal litorânea característica de ambiente de manguezal. Acreditamos, portanto, que esses municípios detêm importantes áreas de biodiversidade que merecem destaque e melhores estudos.

Estes dados, a despeito de uma análise mais acurada do desenvolvimento urbano e social local, encerram certo estranhamento. A Baixada Fluminense até então conhecida pelas suas agruras ambientais, principalmente, aquelas reveladas pelo estado atual de seus principais rios que deságuam na Baía de Guanabara, apresenta-se como uma área de fundamental importância para a preservação do bioma mata-atlântica considerado como um *hotspot* que sofre uma grande pressão antrópica (Rocha, 2003). Esta condição de extrema vulnerabilidade em que se encontra o bioma mata-atlântica pode ser compreendida a partir de estudos ecológicos, como desenvolvidos na pesquisa sobre a biodiversidade nos remanescentes florestais do estado do Rio de Janeiro (Rocha, 2003).

Para melhor compreendermos os eventos passados e a atual configuração espacial deste bioma, recorreremos à perspectiva da História Ambiental. Tal disciplina propõe um estudo que visa combinar a história natural com a história social, tendo, assim, a natureza como seu objeto de estudo, já que é parte da história do homem (Drummond, 1991).

Pretende-se para tal desenvolver uma análise da preservação/devastação da Mata-atlântica na região a partir da história ambiental das unidades de conservação

encontradas na região, e assim entender os motivos para a permanência de percentuais elevados dos remanescentes naturais de alguns municípios da Baixada Fluminense.

O crescimento vertiginoso da cidade do Rio de Janeiro e de sua periferia e iniciou uma depredação enorme de nossos bens naturais. Seguindo as ideias de Quintão (1983), perceberemos que “ao se analisar a localização geográfica dos Parques Nacionais, e relacioná-los ao seu período de criação, pode-se delinear o quadro, que seria o reflexo das fortes ligações existentes entre a criação de áreas protegidas e o processo de ocupação do território brasileiro” (QUINTÃO, 1983, p.21).

De acordo com Abreu (2006), as distribuições espaciais das novas moradias se localizaram não só na área central como também na direção dos subúrbios próximos ao centro e junto ao eixo Leopoldina/Avenida Brasil. Como se não fosse suficiente, os dados expostos por Abreu (2006) ainda nos permite “afirmar com segurança que foram os subúrbios mais afastados do centro e, principalmente, os municípios da Baixada Fluminense, que abrigaram a maior parte dos recém chegados ao Rio neste período [1930-1950]” (ABREU, 2006. p. 107), aumentando conseqüentemente o desmatamento aleatório e o despejo ilegal de esgoto nos rios mais próximos.

Todos os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro que sofreram com o rápido processo de ocupação e industrialização tiveram como as principais causas as obras de saneamento básico, eletrificação, instituição da tarifa ferroviária única para todo Grande Rio e a abertura da Avenida Brasil. Esta ‘febre imobiliária’, de que tratou Abreu (2006), deixou prejuízos significativos para tais municípios que podem ser verificados na sobre os remanescentes florestais.

Associando a expansão da malha urbana e a ocupação das áreas verdes, é relevante destacarmos que a cidade do Rio detém somente 18% de sua vegetação original, enquanto Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Mesquita e Nova Iguaçu conservam mais de 30% de seus remanescentes florestais. No entanto, os demais municípios encontram-se em estado crítico como Belford Roxo, Japeri, Nilópolis, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

Podemos aferir, portanto, que o sítio natural da atual região metropolitana do Rio de Janeiro foi intensamente utilizado antes da existência de leis que restringissem o uso do patrimônio natural e mantivessem a preservação de nossa biodiversidade. As conseqüências deste desleixo é visualizado na própria paisagem dos municípios da

Baixada Fluminense, e por isso, acreditamos ser fundamental o estudos de tais áreas verdes.

Desta forma, a pesquisa objetivou analisar a dinâmica histórica- social e as transformações sócio-ambientais dos municípios que compõem Baixada Fluminense, a partir do recorte histórico –cultural, com ênfase na História Ambiental das áreas naturais protegidas da região. Além de contribuir historiografia ambiental da Baixada Fluminense; analisar o processo de formação das Unidades de Conservação selecionadas; prover conhecimentos para a base de dados da Biblioteca Virtual do Meio ambiente da baixada Fluminense.

Acreditamos que as unidades de conservação são hoje mais do que áreas que preservam recursos naturais. Estas podem ser caracterizadas pelos diversos valores que carregam a partir de sua formação, como a demarcação do território, o jogo de ações, poderes e intencionalidades sobre a natureza.

Na impossibilidade de voltar no tempo e na dificuldade de realizar um desenvolvimento efetivamente sustentável nos moldes capitalistas, a criação das unidades de conservação são fundamentais; não só para a permanência destes em nosso planeta, mas também para nossa sobrevivência. O leque das possibilidades de análise que esses territórios verdes permitem é tão grande que tais análises já nascem interdisciplinares. Além do mais, por serem estoques de natureza, esses territórios são a matéria prima para os estudos que focam a interação entre o homem e o meio ambiente nas áreas urbanas.

A destruição das florestas fluminenses está presente na historiografia que trata especificamente do Estado do Rio de Janeiro. Na verdade, como afirma Drummond, esta destruição é um capítulo dramático da destruição da Mata-atlântica ao longo da história de ocupação do território brasileiro, mas que, para a região da Baixada Fluminense, os estudos ainda são muito escassos.

A despeito do entendimento mais amplo sobre a relação entre cultura, história e ecologia na história dos povos, percebe-se o quanto tem se mostrado enriquecedor os estudos que se buscam uma compreensão local de como se desenvolveu o fenômeno amplo da devastação.

Destaca-se, ainda, que nesta região do Estado do Rio de Janeiro podemos encontrar de forma intensa dois movimentos com relação à ocupação e uso do território.

Um movimento em direção a um adensamento e ocupação territorial registrado não só nos índices de ocupação industrial como também em ocupação residencial. Segundo o Observatório Ocupacional da FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), a indústria representa 28% do PIB local, distribuído entre construção civil, indústria de transformação e serviços industriais de utilidade pública (dados relativos a Regia Baixada I – Nova Iguaçu, Mesquita, Itaguaí, Queimados, Japeri, Mangaratiba, Nilópolis, Paracambi e Seropédica). O município de Duque de Caxias faz parte da Região Baixada II, e sua atividade industrial está representada pelas indústrias químicas e de transformação. Alguns municípios da região são considerados cidades-dormitório, por causa do adensamento populacional e do movimento pendular realizado pelos trabalhadores diariamente em direção aos seus locais de emprego.

Outro movimento, que de certo modo se contrapõe ao anterior, encontra-se na criação recente de inúmeras Unidades de Conservação na região que pela própria característica inibe os processos de ocupação apresentados anteriormente. Observa-se que em termos gerais, quando lidamos com o estabelecimento dos limites territoriais das unidades de conservação, estamos também limitando a área de sobrevivência de determinadas espécies. Não esqueçamos que além de limitar o habitat de espécies vegetais e animais estamos demarcando uma área que não poderá conter populações humanas, pois, de acordo com Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/00 – SNUC), algumas unidades não permitem a permanência de propriedades particulares. Temos, como exemplo, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Floresta Nacional e Reserva de Fauna. As demais categorias são constituídas por terras públicas e/ou privadas, ou ainda destinadas às populações tradicionais.

A tabela a seguir apresenta uma síntese de algumas unidades de conservação localizadas na região e que formam a caixa de informação sobre sistemas naturais da Biblioteca Virtual do Meio ambiente da Baixada Fluminense.

Unidades de Conservação

UC's	Localização	Lei/Decreto de Criação	Área Ocupada
Parque Municipal da Taquara	Imbariê/Duque de Caxias	Lei Municipal nº 1157 em 11 de dezembro 1992	Aproximadamente 20 hectares
Parque Municipal de Nova Iguaçu	Nova Iguaçu	Decreto 6001 em 05 de junho de 1998	Aproximadamente 1100 hectares
APA de Guapimirim	Ao Fundo da Baía de Guanabara abrangendo os municípios de São Gonçalo, Magé, Guapimirim e Itaboraí	Decreto 90.225 em 25 de setembro de 1984	Aproximadamente 14.340 hectares
Reserva Biológica do Tinguá	Entra a Baixada Fluminense e a Serra do Mar compreendendo os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Miguel Pereira e Petrópolis.	Decreto Federal nº 97.780 em 23 de maio de 1989	Aproximadamente 24.903 hectares
Parque Nacional da Serra dos Órgãos	Teresópolis, Magé, Petrópolis e Guapimirim.	Decreto nº 1822 em 30 de novembro de 1939	Aproximadamente 10.600 hectares
Parque Natural Municipal de Curió	Paracambi	Lei Municipal nº 1001 em 29 de janeiro de 2002	Aproximadamente 913,96 hectares
APA da Bacia do Guandu	Compreende todos os terrenos situados na faixa da Bacia hidrográfica do Guandu	Lei nº 3760 em 07 de janeiro de 2002	Aproximadamente 74.000
Parque Municipal da Caixa d'água	Duque de Caxias	Decreto Municipal 2238 do ano de 1991	-
APA do Maciço do Gericinó-Mendanha	Abrange a Serra de Madureira, Marapicu, Gericinó e Mendanha	Decreto nº 38183 em 05 de setembro de 2005	-

Duas características apresentadas nesta tabela corroboram com as questões apresentadas. A primeira é o fato de a grande maioria das unidades possuírem Decreto de criação bastante recente, a maioria nos anos finais da década de 90 e anos iniciais do século atual. Outra característica importante a ressaltar é o aspecto da gestão da unidade, cabendo aos municípios a responsabilidade por quatro Parques: Parque da Municipal da Taquara, Parque Municipal de Nova Iguaçu, Parque Municipal da Caixa d'água e Parque Municipal do Curió.

Acreditamos, portanto, que a história ambiental das áreas protegidas é extremamente rica por trazer necessariamente em seu bojo a articulação de saberes geográfico, histórico e ecológico. Através dessa interdisciplinaridade buscamos o entendimento complexo desta região tão impactada ao longo do tempo pelas transformações antrópicas.

Neste sentido, este projeto de pesquisa apresenta-se como inédito à medida que busca a através da história ambiental identificar e compreender as particularidades e as recorrências de fatores que possibilitaram a permanência de uma parte significativa das atuais florestas fluminenses.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABREU, Mauricio de. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2006.
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CAVALCANTI, Clovis. Breve Introdução à Economia da Sustentabilidade. In: CAVALCANTI, Clovis, organizador. **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995
- DEAN, Warren. **A Ferro e a Fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.
- DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro**. – Niterói: EDUFF, 1997.
- DRUMMOND, José Augusto. **A HISTÓRIA AMBIENTAL: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.
- DUARTE, Paula A. História ambiental de uma unidade de conservação: o parque municipal de Nova Iguaçu – RJ. Dissertação apresentação ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2010.
- FADEL, Simone. **Meio Ambiente, saneamento e engenharia no Império e na República**. Rio de Janeiro: Gramond, 2009.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro (org). **As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano de mata atlântica**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.
- PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil. IN: **Ecologia e Política no Brasil**. Organizador José Augusto Pádua. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.
- PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 24, nº68, p.81-101, 2010.

PERES, Guilherme. Os Caminhos da Baixada. In: TORRES, Gênesis (org). **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. São João de Meriti,RJ: IPAHB Editora, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio Ambiental**. Organizador: Emir Sader – Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001.

QUINTÃO, Ângela Tresinari B. Evolução do conceito de Parque Nacional e sua relação com o processo de desenvolvimento. **Brasil Florestal**. Nº 54, Abr/Mai/Jun, 1983.

ROCHA, C.F.D.; BERGALLO, H.G. ALVES, M.A.S.; SLUYS, M.V.. 2003. A biodiversidade nos grandes remanescentes florestais do estado do Rio de Janeiro e nas restingas da mata atlântica.São Carlos. Ed. RIMA. 160P.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.